

# TABULEIRO DE LETRAS

## **As relações de poder em Salvador no século XVII: Um gesto de interpretação de José de Alencar<sup>1</sup>**

## **Power relations in Salvador in the 17th century: A gesture of interpretation of José de Alencar**

João Antonio de Santana Neto<sup>2</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux, com vistas a estudar a cidade do Salvador no ano de 1609 em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva e arquivo, sujeito. O *corpus* selecionado para este trabalho é composto por recortes do romance *As minas de prata*, de José de Alencar (1865), uma vez que na obra são apresentadas as relações de poder. Alencar, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e é assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário, o qual está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do Romantismo, que busca desenvolver a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria na criação dessa imagem exemplar. Nessa perspectiva, Alencar apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva a que se filia.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Gesto de interpretação; Romance histórico; José de Alencar; *As Minas de Prata*.

**ABSTRAT:** In this work the objective is to apply theoretical Discourse Analysis to the subsidiary Pêcheux study the city of Salvador in the year 1609 in a discursive perspective. Among the theoretical assumptions are ideological and discursive formations, interdiscourse, discursive and memory file, subject. The *corpus* selected for this job consists of clippings from the novel *The silver mines*, by José de Alencar (1865), since they are presented the power relations. Alencar, while formulator, is asked by the ideology and is subordinate to the language, to become a subject who joins a discursive formation and exerts the function-author, expressing a gesture of literary interpretation, which is linked to the ideological training defined by Martius and, consequently, the discursive formation of Romanticism, which seeks to develop the nationalist task of coining a national identity and perpetuate the history homeland in creating this image instance. From this perspective, Alencar presents a full identification with the universal subject form of the discursive formation to which he belongs.

---

<sup>1</sup> Este trabalho está vinculado ao projeto de pesquisa “Retratos de Salvador: gestos de interpretação do discurso literário sobre a cidade do Salvador II”.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL), Departamento de Ciências Humanas – Campus I – da Universidade do Estado da Bahia. E-mail: jneto@uneb.br

Keywords: Discourse analysis; Gesture of interpretation; Historical novel; José de Alencar; *The silver mines*.

Neste trabalho, tem-se por objetivo aplicar pressupostos teóricos da Análise de Discurso filiada a Pêcheux, com vistas a estudar a cidade do Salvador em seus aspectos urbanos e em uma perspectiva discursiva. Entre os pressupostos teóricos que se filiam a Pêcheux, destacam-se formações ideológica e discursiva, interdiscurso, memória discursiva e arquivo, sujeito.

O *corpus* selecionado para este trabalho é composto de recortes do primeiro e do nono capítulos do romance *As minas de prata*, de José de Alencar (1865), uma vez que nesses trechos da obra é apresentado um “retrato” da referida cidade, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609.

Na análise, parte-se do princípio de que um texto literário é a materialização de um discurso o qual, embora se apresente de forma representada, pode remeter-se às relações concretas do meio social. Dessa forma, no discurso, o indivíduo, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e assujeitado à língua, para se constituir, em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação. A função-autor é, portanto, constituinte da noção de sujeito, visto que aquela é a “responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto, produzindo o efeito de continuidade do sujeito” (ORLANDI, 1996, p. 69).

Convém salientar que, no caso, o gesto de interpretação literário está subordinado à formação ideológica a que se filia a formação discursiva tomada pelo formulador no exercício da função-autor para se subjetivar. Nesse jogo, o sujeito identifica-se imaginariamente com a forma-sujeito e se constitui em “sujeito do discurso”, em um efeito-sujeito, de uma formação discursiva, a qual é definida como o domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito, mas também o que não pode, não deve ser dito.

O funcionamento do sujeito do discurso somente é possível por meio dessa relação entre o sujeito e a formação discursiva. Logo, esse sujeito não está na origem do dizer, visto que é afetado pessoal e socialmente pela ideologia dominante. No campo pessoal, o indivíduo é dotado de um inconsciente; na sua constituição social, é interpelado pela ideologia. Por conseguinte, trata-se de um sujeito histórico-ideológico, que é também constituído pelo inconsciente que o afeta. Ao ser interpelado pela ideologia, o indivíduo não tem consciência desse fato, razão pela qual acredita ser a origem do dizer, dominando o que diz nas suas

práticas discursivas. Assim, esse sujeito tem a ilusão de ser a origem do seu dizer, quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes. Tem-se aí o que Pêcheux denominou de esquecimento nº 1, ou esquecimento ideológico, que atua na instância do inconsciente e é fruto do modo pelo qual o sujeito é afetado pela ideologia.

O sujeito, na função-autor, realiza um gesto de interpretação, representa-se na posição de autor, inscreve sua formulação no repetível histórico (interdiscurso) e historiciza o seu dizer. Ao realizar essas atividades, a questão da interpretação é trazida para a questão da autoria. Mas, uma vez inscrito em uma formação discursiva, também há a questão do silenciamento, visto que é na incompletude da linguagem que se inscreve a questão do silêncio, e a interpretação é vista como um movimento que ocorre entre a paráfrase e a polissemia.

Partindo do pressuposto de que para uma palavra ter sentido é necessário que ela já tenha sentido, o significar deriva, então, do interdiscurso. Tem-se a ilusão de que o sentido se origina nesse dizer, não tem história. Essa ilusão é um silenciamento necessário, inconsciente, constitutivo para que a posição-sujeito seja estabelecida, daí resultando o movimento da identidade e o movimento dos sentidos.

O interdiscurso é composto por tudo o que já foi dito, constituindo-se num complexo de formações discursivas, pois estão presentes todos os sentidos já produzidos, de modo que ele não admite lacunas, pelo contrário, é saturado (cf. INDURSKY, 2011).

Já a memória discursiva, segundo Courtine (1981, p. 53), “diz respeito à existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas reguladas pelos aparelhos ideológicos”, logo ela refere-se aos enunciados que se inscrevem na formação discursiva, no interior da qual eles recebem seu sentido. Isso significa que a memória discursiva cobre apenas os sentidos autorizados pela forma-sujeito no âmbito de uma formação discursiva (cf. INDURSKY, 2011).

O arquivo, por sua vez, é a memória institucionalizada no interior do interdiscurso, ou seja, é a estabilização de sentidos, visto que, no arquivo, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ORLANDI, 2003, p. 15). Então, o arquivo se estabelece por meio do realizado, principalmente sobre o dito, resultando num efeito de fechamento, no entanto possível de recuperação pelas condições de produção. Ao contrário do interdiscurso, que se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é constituído pelo que não se esquece, ou melhor, pelo que não se deve esquecer. Por isso, no arquivo fala a voz comum, a voz de todos, embora dividida.

Para que se possa aclarar o exposto acima convém que sejam recuperadas algumas informações concernentes às condições de produção do discurso romântico de Alencar, materializado no romance intitulado *As minas de prata* (1865). O jornalista e advogado cearense José Martiniano de Alencar, enquanto sujeito destinador do discurso (A), ao dirigir-se ao leitor brasileiro, sujeito destinado (B), com a publicação, em 1862, de dezenove capítulos iniciais do romance *As minas de prata*, em dois fascículos da *Bibliotheca Brasileira*, vale-se da língua (L), que é material, está sujeita a equívocos e à historicidade, já que, na perspectiva discursiva, língua não é apenas estrutura. Segundo o próprio Alencar (A) relata em *Como e porque sou romancista*, somente três anos depois, o romance – inicialmente concebido como continuação de *O guarani* – foi publicado em seis volumes pela editora B. L. Garnier, e acrescenta: “A composição dos cinco últimos volumes das *Minas de prata* ocupou-me três meses, entre 1864 e 1865; porém, a demorada impressão estorvou-me um ano, que tanto durou” (ALENCAR, 1998, p. 72).

A segunda edição do referido romance é de 1877, então dividido como se conhece atualmente, em três volumes, sendo que isso não significou o simples agrupamento dos seis tomos anteriores em duplas, mas sim a redistribuição de capítulos iniciais e finais na nova divisão. Entre 1862 e 1865 foram adicionados capítulos àqueles publicados inicialmente, retiraram-se as notas ao primeiro fascículo da *Bibliotheca Brasileira*, e o subtítulo “continuação do Guarany” foi suprimido.

Segundo Abreu (2002, p.7), a respeito das notas de rodapé dos três romances “indianistas” de Alencar, *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, há dois tipos de narrador: um contemplativo e um histórico, sendo o primeiro responsável pelo enredo e o segundo, por aprofundar aquilo que fora afirmado pelo anterior:

A onisciência do primeiro narrador ocupa um lugar de inegável preponderância, revestindo a sua utilização de um significado muito especial: plasmar a história gloriosa do ancestral brasileiro [no caso, o indígena], sem interferir muito nos acontecimentos. A sua posição é, assim, reverenciadora da personagem que compõe. O segundo, ao contrário, é talhado para dirigir a leitura e, freqüentemente, intervém no texto a fim de emitir juízos de valor, fundamentando e outorgando o discurso anterior, em virtude da ambicionada credibilidade adquirida pelo fornecimento de provas e citações, uma espécie de trabalho argumentativo empregado para convencer e conquistar o leitor (ABREU, 2002, p. 7-8).

Entretanto, Alencar, para constituir-se em sujeito do discurso, necessita subjetivar-se numa dada formação discursiva, a qual está subordinada a uma formação ideológica. Também

essas são possíveis de identificação por meio das condições de produção e de marcas no próprio discurso.

Após a Independência do Brasil e cessadas as lutas pela sua consolidação, os intelectuais brasileiros, juntamente com o Imperador D. Pedro II, refletiram sobre a necessidade de criação de uma imagem de Estado Nacional, com o intuito de definir a jovem nação junto à população interna e à externa. Para tanto, foi criado em 1839 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), segundo os moldes das academias ilustradas europeias dos séculos XVII e XVIII.

As diretrizes apontadas para o IHGB, de autoria de Carl Friedrich Philipp von Martius, apontavam para o encontro das três raças que deram origem ao povo brasileiro: índio, branco e negro, ainda que privilegiando a raça branca. A necessidade de definir organicamente a população, considerando analogicamente a questão racial e os problemas sociais, fez emergir a observância retrospectiva das dissonâncias surgidas em meio à diversidade do povo, para que então fossem reorganizadas em imagem exemplar a ser registrada para a posteridade.

Ao assumirem a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria, os escritores românticos desempenharam um papel fundamental na criação dessa imagem exemplar. Entre esses escritores, encontra-se José de Alencar, cujos romances foram classificados por ele mesmo (cf. ALENCAR, 1959, p. 697) em três fases: primitiva, que recriava lendas e mitos; histórica, que tratava do período colonial e abordava a troca cultural entre os indígenas e os estrangeiros; e a última fase, chamada de infância da literatura brasileira, que representava a sociedade nascente após a Independência e os consequentes ajustes pelos quais passavam a vida rural e urbana.

É justamente na segunda fase mencionada que se encontra o romance histórico *As minas de prata*, gesto de interpretação literário de Alencar que está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do Romantismo. Nessa perspectiva, Alencar, enquanto formulador do discurso apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva, trata-se, portanto, do “bom sujeito” (cf. INDURSKY, 2011).

Para levar a cabo a tarefa a qual compreendia uma observância retrospectiva, Alencar valeu-se do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, como podem ser vistas nas notas de rodapé, que foram retiradas nas edições posteriores a de 1862, publicada na *Bibliotheca Brasileira*. As referências ao Pe. Manoel Mendes, compositor de cantochão e solfas da Igreja, aos historiadores Varnhagen e

Rocha Pitta, aos cronistas Fernão Cardim e Gabriel Soares de Sousa, este citado já no primeiro capítulo do romance, compõem a formulação. O senhor de engenho do sul do Recôncavo Baiano, Gabriel Soares de Sousa, um dos principais representantes da chamada literatura de viagem do século XVI, em seu *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, promove, pela primeira vez, a inclusão da figura do indígena das terras americanas no discurso europeu da época, representando um marco de fundação da historicidade do homem americano, ponto de partida para a incorporação desse indivíduo ao fluxo da história ocidental.

Segundo Freitas (2009, p. 19), as notas coligidas pelo autor para *As minas de prata* se enquadram na reconstituição do passado, “já que elas pertencem àqueles capítulos que introduzem as principais personagens do romance e seu pano de fundo, bem como os acontecimentos políticos que também se encaixam nas engrenagens da narrativa”.

Como as notas se encerram no primeiro volume publicado em 1862, a partir da escrita do restante do romance – o que corresponde a uma boa parte do primeiro tomo e aos outros cinco finais – as digressões e referências ficam restritas ao corpo do texto (FREITAS, 2009, p. 19).

A fim de exemplificar como Alencar procede na função-autor, para realizar as referências no corpo do romance, apresenta-se o trecho em que ele adiciona, em relação ao mestre de capela da Sé, Bartolomeu Pires, que este “era dono da ilha da Maré; e Gabriel Soares que o conheceu vinte e dois anos antes, deixou notícia d'elle e de seu engenho” (ALENCAR, 1865, v. 2, p. 97).

O discurso de Alencar apresenta como pano de fundo um ambiente histórico totalmente reconstruído, no qual:

- a ação do romance se desenvolve num passado anterior ao presente do escritor;
- as personagens são tipos bem marcados;
- os papéis históricos em *As minas de prata* são secundários e os ficcionais figuram em primeiro plano;
- a figura dos marginais, apesar de ter um valor inegável, fazendo parte e ajudando a contar a história, nunca se apresenta como principal, nem determina a focalização por parte do narrador;
- a descrição detalhada dos lugares e das personagens é um modo de incorporação e assimilação de dados, a fim de se obter uma veracidade histórica; e
- o narrador desse tipo de escrita tem a função de focar os detalhes, objetivando apresentar e contextualizar o momento histórico.

Alencar também recorreu a um manuscrito publicado pela *Revista do Instituto Histórico*, do terceiro trimestre de 1839, para desenvolver o relato da busca pelas minas de prata. A descoberta desse manuscrito ensejou a expedição do cónego português Benigno José de Carvalho e Cunha, cuja correspondência repercutiu na imprensa e foi publicada na *Revista*, sendo a primeira missiva do religioso impressa no terceiro número de 1841. A esse respeito, Pedro Calmon (1950, p. 172-173) afirma:

O desassombro empolgou a douta sociedade e abriu um capítulo singular na história territorial do país: a expedição de um sacerdote obstinado, em demanda de um castelo de nuvens. Informou-se vagamente em Valença sôbre os caminhos que iam dar à serra do Sincorá, em cujas grimpas a suposta cidade erguia os seus velhos mármore, entrou em seguida Paraguaçu acima, até a barra do Uma, varejou a região das „lavras“, antecipou-se à realidade, proclamando de lá que a cidade estava descoberta e não deu mais que falar de si. Era um visionário. O major Manuel Rodrigues de Oliveira, escrevendo da Bahia, declarou que „novos indícios da existência de uma antiga povoação abandonada“ tinham sido achados naqueles sítios enquanto o cónego permanecia „quedo no distrito diamantino de Sincorá“... Na mensagem de 1846 o presidente da província, general Andréia, inclinado à ironia, que na sua linguagem pitoresca tinha lampejos de florete, encerrou a discussão com frase contundente: „Deve haver encanto nisto, e da minha parte já o preveni de que lhe retirava as ordenanças e mesmo me parece tempo de lhe suspenderem os auxílios que recebe da Caixa provincial“.

A história desse manuscrito é relatada por Sebastião da Rocha Pitta (1730), em seu livro *História da América portuguesa*. O historiador Pedro Calmon (1955, p. 22) apresenta o relato de que foi Belchior Dias, neto de Caramuru e pai de Robério Dias na vida real e representando o avô de Estácio Correia no romance, quem primeiro se aventurou na busca do tesouro. Ainda segundo Calmon (1955, p. 25), o historiador Rocha Pitta reuniu avô, filho e neto em uma única personagem, o descobridor e o explorador das minas de prata. Foi, portanto, dessa união e frutos desses relatos a recriação ficcional alencariana.

Essas consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica, com vistas à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas de prata, atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do Romantismo brasileiro. Também as referidas consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva, na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

A consulta ao arquivo, especialmente às crônicas de Fernão Cardim e de Gabriel Soares de Sousa, permitiu a Alencar retratar aspectos do comportamento da população soteropolitana, visando à chegada do Governador Geral do Estado do Brasil.

A festa comemorativa do Ano Novo e da chegada do Governador Geral, assim como as demais festas soteropolitanas, é composta de dois momentos: um religioso e outro mundano. O religioso é representado pela missa cantada e pelo *Te Deum*; o mundano, pela cavallhada, elemento que busca lembrar os torneios medievos.

Raiava o ano de 1609.

A primeira manhã de janeiro, esfolhando a luz serena pelos horizontes puros e diáfanos, dourava o cabeço dos montes que cingem a linda Bahia do Salvador, e desenhava sobre o matiz de opala e púrpura o soberbo panorama da antiga capital do Brasil.

A cidade nascente apenas, mas louçã e gentil, elevando aos ares as grimpas de suas torres, olhando o mar que se alisava a seus pés como uma alcatifa de veludo, era então, pelo direito da beleza e pela razão da progenitura, a rainha do império selvagem que dormia ainda no seio das virgens florestas.

A natureza preparara no grupo de outeiros apinhados um trono de relva sobre o qual a linda cidade dominava o oceano, sorrindo ao nauta que da extrema do horizonte a saudava com um olhar amigo, para dar-lhe o bom-dia se chegava, e enviar-lhe o último adeus quando se partia.

Despertando com os primeiros raios da alvorada, a população baiana recobrava a atividade depois do repouso. As casas se abriam para receber o ar e a luz da manhã; a pouco e pouco os mil rumores do dia, que são a voz das cidades, iam enchendo o espaço antes ocupado pelo silêncio e pelas trevas (ALENCAR, 1977, p. 9).

A reorganização em imagem exemplar exigiu do escritor romântico uma descrição da coordenada espaço-temporal que envolve a narrativa, pois se trata de um gesto de interpretação literário, o qual descreve o cenário em que ocorre a ação. Esse cenário é marcado pelo emprego do pretérito imperfeito do indicativo cuja ação caracteriza-se pelo uso do pretérito perfeito do indicativo. O tempo está marcado: 1609, primeira década do século XVII, um século após o descobrimento do Brasil e 60 anos após a fundação da cidade do Salvador (1549) por Tomé de Souza. Trata-se de uma jovem cidade à época da narrativa, como também era jovem a independente nação brasileira à época do acontecimento enunciativo da obra.

O romancista ainda adiciona a seguinte nota na edição de 1862:

*A Bahia* – Gabriel Soares (*Roteiro*) – dá em 1587 oitocentos moradores à Bahia: em 22 anos que vão para 1609, essa população deviasi ter elevado ao algarismo de 1,500 pouco mais ou menos. – A capitania tinha em 1587 2,000 – colonos, 4,000 escravos, e 6,000 indios cathequisados, segundo o author citado (ALENCAR, 1862, v. 1, p. II).



Observa-se, em linhas gerais, que Alencar foca em elementos da natureza que reconduzem o interlocutor ao discurso dos cronistas que, por sua vez, se remetem ao discurso de Pero Vaz de Caminha, materializado da sua *Carta a El-Rei de Portugal*, quando descreve as terras recém-descobertas (discurso fundador). Trata-se do emprego da paráfrase, visto que “as relações de parafraseamento que diferentes expressões, palavras e enunciados mantêm entre si no interior de uma matriz de sentido a qual se organiza no âmbito de uma formação discursiva” (INDURSKY, 2011, p. 68). A descrição vale-se de uma adjetivação afetiva e pictórica, característica da formação discursiva do Romantismo na reorganização da imagem exemplar da jovem nação e que estabiliza os sentidos pela memória discursiva.

A jovialidade da cidade também é apresentada, assim como as suas construções, no seio da natureza, figurativizando a jovem nação brasileira. Outro elemento que se destaca é a localização sobre a Baía de Todos os Santos, a relação terra-mar tão importante para a colonização das terras brasileiras. Também esses elementos são fruto da paráfrase, tendo em vista que se inscrevem na matriz de sentido da formação discursiva, na qual Alencar se subjetiva, visto constarem no arquivo.

Mas uma cidade não é apenas natureza e construções. Há também de se observar a relação entre o dia e a noite, visto que à noite há trevas e silêncio; durante o dia tem-se “a voz das cidades” que são “os rumores do dia”. A cordialidade do povo brasileiro está representada pelo “bom-dia” à chegada e pelo adeus à partida. E Alencar, no gesto de interpretação literário, busca também o elemento cultural:

Os mestrais e vilões já percorriam as ruas, não com a calma e regularidade de homens que vão ao trabalho ou ao cumprimento da obrigação diária, mas com a agitação doce e jovial sofreguidão de quem busca o prazer e corre após uma alegre esperança.

Vestidos com maior apuro do que punham nos trajes domingueiros, homens e mulheres saudavam-se entre si com tal efusão, desejando as boas saídas e estreias de ano; apertavam as mãos com tamanha cordialidade, que percebia-se na disposição geral dos ânimos a doce influência de um motivo qualquer de regozijo público.

Com efeito não era a festa do Ano-Bom a causa única da jovial expansão; outra havia. Aquele dia estava marcado para os festejos com que a Bahia desejava solenizar a chegada do novo Governador-Geral do Estado do Brasil, D. Diogo de Menezes e Siqueira, que depois de haver permanecido um ano na Capitania de Pernambuco para dispor sobre coisas da administração, aportara finalmente à capital no dia 17 de dezembro de 1608.

Não havia exemplo de semelhantes demonstrações em uma cidade onde os governadores e capitães-generais, revestidos de poderes absolutos, eram recebidos com desconfiança, e muitas vezes despedidos com alegria. Mas D. Diogo de Menezes, depois Conde da Ericeira, e um dos abalizados varões que governaram o Estado do Brasil, merecia pelo seu nobre caráter e espírito superior uma demonstração especial da parte dos baianos.

Contudo, essa única circunstância não bastara para excitar na classe rica o desejo de receber o novo governador com festas públicas, se o interesse, primeira lei das ações

humanas, não inspirasse o mesmo pensamento como um hábil expediente de política colonial.

Durante o tempo que se demorara em Pernambuco, D. Diogo de Menezes tinha revelado sua força de vontade, e mostrara o firme propósito de repelir a intervenção que o Bispo D. Constantino Barradas e a Companhia de Jesus exerciam anteriormente sobre o governo temporal. A luta se travara com uma questão de etiqueta e precedência, a que dera lugar a procissão do Corpo de Deus celebrada em Olinda.

Justamente nessa época os senhores de engenho, que formavam a classe nobre e rica da Bahia, sustentavam contra os jesuítas a grande questão da servidão dos índios, e compreendiam a vantagem de ter de seu lado um homem como D. Diogo de Menezes, cujo voto autorizado devia pesar nas decisões do Conselho da Índia e no ânimo de El-Rei D. Filipe III.

Por isso, chegado que foi o governador, se concertaram para fazer-lhe uma recepção brilhante. Em quatorze dias estavam concluídos todos os preparativos e aprestos necessários para solenizar com a entrada do ano os benefícios do novo governo.

O programa do festejo primava pela variedade e boa escolha. Depois da missa cantada, seguida de *Te Deum*, havia alardo da gente de guerra e companhias de ordenanças em frente aos paços; à tarde devia correr-se no Terreiro do Colégio uma luzida cavallhada com a qual se dariam jogos, torneios e alcanzias; à noite danças pelas ruas e arcos de luminárias concertados com palmeiras ou festões de flores na Praça do Governador.

Não era preciso tanto para excitar a imaginação viva da mocidade baiana e fazer girar como corrupios todas as comadres devotas e mexeriqueiras, de que a metrópole brasileira já naquele tempo estava abundantemente provida.

A Bahia não passava então de uma pequena cidade habitada por cerca de mil e quinhentas almas; mas seus vizinhos eram abastados e gostavam do luxo; havia muitos colonos ricos de fazendas de raiz, peças de prata e ouro, jaezes de cavalo e alfaias de casa; alguns tinham o melhor de cinco mil cruzados de renda, e diz Gabriel Soares, “tratavam suas pessoas mui honradamente com muitos cavalos, criados e escravos”.

Esses cabedais, que atualmente parecem mesquinhos, eram naquele tempo avultados; a facilidade com que se adquiriam e o gênio natural da população inclinada ao fausto e prodigalidade alimentavam na Bahia e Pernambuco um luxo superior ao de Lisboa, e entretinham o gosto pelas festas e divertimentos (ALENCAR, 1977, p. 9-10).

A consulta ao arquivo, especialmente às crônicas de Fernão Cardim e de Gabriel Soares de Sousa, permitiu a Alencar retratar aspectos do comportamento da população soteropolitana, com vistas à chegada do Governador Geral do Estado do Brasil. Observa-se que, nesse primeiro capítulo do romance, já é delineado o conflito entre o laico e o religioso, o qual é figurativizado por Estácio Correia e Pe. Gusmão de Molina na busca pelas minas de prata. Este último, padre jesuíta espanhol, apresentado no oitavo capítulo, deseja a fortuna, para angariar postos na Companhia de Jesus e satisfazer sua ambição pessoal, e também figurativiza a espoliação das terras brasileiras pelo estrangeiro.

Durante o século XIX há uma busca pela separação entre o Estado e a Igreja, eco da Revolução Francesa. No romance, o Pe. Gusmão de Molina, visitador da Companhia de Jesus, representa toda a Companhia e antecipa a expulsão dos jesuítas do Império Português, empreendida pelo Marquês de Pombal no século XVIII.

A questão da servidão dos índios, no século XVII, constituía-se um grave conflito entre a elite colonial, formada pelos senhores de engenho, e os jesuítas. Em sua *História geral do Brasil*, Varnhagen relata a natureza do conflito entre D. Diogo de Menezes e Siqueira, o Governador Geral, e D. Constantino Barradas<sup>3</sup>, o Bispo da Diocese da Bahia, ao mostrar o descontentamento do Governador Geral com a ingerência do referido Bispo e da Companhia de Jesus no governo, para depois salientar a posição que o Governador mantinha a respeito do meio de governar os autóctones.

Acerca do melhor meio de governar os índios, já pelo que dito fica, se sabe que o governador não votava pelas aldeias dos padres. Pelo contrário, era de opinião que religiosamente o índio pouco ganhava, ao passo que as cidades perdiam população, as terras braços próprios á cultura, e o gentio não adquiria os hábitos de civilização, polícia e pudor, que só as grandes povoações proporcionavam. Apenas chegado, insistia na necessidade de serem os índios declarados livres, dando-se-lhes um regulamento pelo qual pudessem ficar nas aldeias sujeitas mais directamente ao governo do Estado, pondo-lhes um capitão, um meirinho e um sacerdote, para os ir assim habituando ao trato e gozos dos colonos, pois quanto á religião eles nada sabiam, e „apenas tomavam de cor o que se lhes ensinava“ (VARNHAGEN, 1959, p. 112-113).

Logo no primeiro capítulo fica evidente que o novo Governador Geral, o qual permaneceu no cargo de 1609 a 1613, apoia a elite colonial e combate a posição dos jesuítas. D. Diogo de Menezes e Siqueira, personagem criada com base no arquivo, apresenta as características de um nobre medievo, período em que Alencar, na função-autor, busca os nós narrativos do seu discurso. Vale lembrar que durante o novo governo foi construído o Forte de São Diogo, debruçado sobre a Baía de Todos os Santos, com o objetivo de proteger o Porto da Barra, ou, em linguagem da época, a barra do porto da Vila Velha.

Ressalta se que, nas notas explicativas da edição de 1862 do romance, constam informações sobre D. Diogo de Menezes e D. Constantino Barradas, além de uma específica sobre a servidão dos índios. Na informação que trata do Bispo, não são dados biográficos que o romancista oferece, mas uma referência extratextual, remetendo-se à *História geral do Brasil* de Varnhagen, ao afirmar: “entre o governador D. Diogo de Menezes e o bispo D. Constantino Barradas houve no anno de 1608 em Pernambuco, por ocasião da procissão do Corpo de Deus, uma questão de etiqueta e precedencia, que, diz Warnhagen – *Historia do Brasil*, foi um verdadeiro romance” (ALENCAR, 1862, v. 1, p. II).

---

<sup>3</sup> D. Constantino Barradas, quarto bispo da Bahia, chegou à cidade do Salvador no dia 1º de novembro de 1600, governou o bispado pelo espaço de dezoito anos e faleceu no dia 1º de novembro de 1618, sendo sepultado na capela-mor da igreja do convento de São Francisco da mesma cidade do Salvador.

Também são representadas as classes sociais: a chamada elite colonial, formada pelos senhores do Recôncavo Baiano; o povo em suas vestes de festas, joviais e esperançosos, e os estereótipos do povo como “as comadres devotas e mexeriqueiras”. Observa-se, ao final dessa sequência a referência ao fausto e à prodigalidade da elite colonial baiana e pernambucana, que suplantavam o luxo lisboeta e propiciavam ao povo diversão. Também em nota, Alencar (1862, v. 1, p. II) registra: “Quanto ao luxo de que se falla é attestado pelo mesmo Gabriel Soares e Fernão Cardim – *Narrativa*”.

Tal referência ao fausto e à prodigalidade deve-se aos altos preços do açúcar no mercado exterior, fonte da riqueza das duas províncias que mais o produziam à época. Mais uma vez, tem-se uma alusão indireta ao arquivo, o qual descreve as riquezas dessa nova terra desde o discurso fundador de Pero Vaz de Caminha.

As relações de poder também podem ser vistas entre a população soteropolitana no excerto a seguir:

Os rapazes soltaram a palavra infamante de *barata*, a que as velhas retorquiram com o epíteto não menos afrontoso de *formigão*: e depois disso, como não havia despique possível de tão grande provocação, a não serem as vias de fato que o respeito do lugar impedia, cada uma das duas hostes inimigas retraiu-se e voltou silenciosamente a suas ocupações (ALENCAR, 1977, p. 11).

Nessa sequência, na qual é apresentada a disputa entre os rapazes do coro da Igreja da Sé em Salvador e as beatas, as duas facções de pessoas do povo são designadas como “hostes inimigas” e representam estereótipos sociais, os quais figurativizam a disputa entre o tradicional e o novo.

A seguir aparecem os mancebos:

Tinham parado na calçada dois moços, ambos na flor da idade, ambos elegantes e bem parecidos, mas tão dessemelhantes no trajar, como no molde da beleza varonil. O mais velho, que teria vinte e dois anos, era moreno. A fisionomia franca e aberta, as cores frescas e rosadas, o porte firme e direito sobre uma estatura regular, mostravam compleição vigorosa; mas sua expressão ressumbrava tanta graça, o sorriso que lhe brincava nos lábios era tão faceiro, havia tal donaire nos seus movimentos, que a força muscular desaparecia sob a flor da feliz organização, como a robustez do tronco sob a virente folha.

Vestia gibão de gorgorão cor de pérola guarnecido na orla por delgado fio de ouro com que eram igualmente tecidos os passamanes, e calção de veludo turqui debruado nas costuras por fino cairel de prata. Torçal de seda escarlate suspendia-lhe ao flanco esquerdo o florete; o boné de veludo azul com um broche de rubi cingia os anéis dos cabelos negros; a meia cor de pinhão debuxava a perna bem contornada, e o sapato raso com espora afilada calçava um pé fino e aristocrático.

Naquele tempo em que a profusão de cores vivas e bordados era o toque da louçania, não se encontrara decerto um cavalheiro trajado com mais gentileza e primor; a riqueza apenas se mostrava, para não ofuscar o bom gosto na combinação artística das lindas cores, nem o esmero do corte e piques das roupas.

Também na Bahia não havia mancebo casquilho como Cristóvão de Garcia de Ávila, senhor de fazenda passante de cinquenta mil cruzados, e descendente de uma das famílias nobres que tinham vindo do Reino com Tomé de Sousa, em 1549.

...

O outro moço contava apenas dezenove anos. Trajava tudo negro, de simplicidade extrema, mas de esquisita elegância. Um aljôfar isolado brilhava na touca de veludo preto; as preguiças da mais fina lençaria de alvas deslumbavam; a espora ligeira que mordía o salto do borzeguim e a cruz da espada eram de aço, mas tão bem polido que cintilava como custosas pedrarias.

O cetim negro das vestes dava muito realce à sua bela cabeça erguida com meneio altivo, e à alvura rosada de sua tez. Os grandes olhos pardos tinham os raios profundos e reflexivos que desfere a inteligência nos momentos de repouso; o lábio superior, coberto pelo buço de seda que pungia, arqueava graciosamente com expressão grave; era de alta estatura, e tinha como seu companheiro o talhe esbelto, mão e pé de supremo esmero.

Mas o que especialmente o caracterizava, era uma sombra imperceptível, que às vezes deslizando pela fronte alta e inteligente, carregava ligeiramente as linhas do perfil e imprimia-lhe na fisionomia o cunho da vontade tenaz; nestes momentos sentia-se que a razão calma, firme, inflexível, dominaria, se preciso fosse, as expansões da mocidade (ALENCAR, 1977, p.11-12).

A personagem Cristóvão de Garcia de Ávila foi criada por Alencar a partir do arquivo, especialmente do relato de Gabriel Soares de Sousa, conforme consta em nota na primeira edição do romance. Essa personagem representa o ideal da elite colonial baiana, conforme pode ser observado na sua descrição, visto ser “descendente de uma das famílias nobres que tinham vindo do Reino com Tomé de Sousa, em 1549” (ALENCAR, 1977, p. 12). Cristóvão de Garcia de Ávila, apesar de nobre e abastado, é um dos mais fiéis amigos de Estácio Correia durante toda a narrativa.

Já o segundo mancebo, Estácio Dias Correia, apesar de mais jovem, é o empobrecido filho de um antigo fidalgo que fora desacreditado e cuja família fora expropriada de seus bens por D. Felipe II, depois que seu pai, Robério Dias Correia, faleceu sem dar notícia das minas cuja existência tanto defendera. Além disso, por ser descendente de Diogo Álvares Correia (Caramuru) com sua esposa indígena Catarina Álvares Correia (Paraguaçu), no romance de Alencar é vítima do preconceito de ser mestiço, conforme atesta a passagem em que o herói vai ao encontro de D. Francisco de Aguilar pedir a mão de Inês em casamento. Esse fidalgo castelhano figurativiza as elites estrangeiras que desprezam a formação do povo brasileiro.

Mas é justamente esse parentesco entre Estácio e Paraguaçu que garante a Estácio acesso à gruta onde se localizam as minas de prata, visto que o protetor do local, o pajé dos Tupis, Abaré, havia prometido para o sobrinho-neto Moribeca (Belchior Dias Correia), avô de Estácio e neto de Catarina Álvares Correia (Paraguaçu), as riquezas ali contidas quando aquele guerreiro de seu sangue vingasse sua raça. Assim, a mestiçagem, objeto de preconceito para a elite colonial, denota as suas vantagens para o herói e apresenta-se com relativa

valorização nas formações ideológica e discursiva, nas quais se subjetiva Alencar na função-autor, pois revelam traços de originalidade da jovem nação.

Conforme é detectado na análise de recortes do romance *As minas de prata*, José de Alencar (1865) apresenta um “retrato” da cidade de Salvador, em uma narrativa complexa, que se reporta ao ano de 1609. Alencar, enquanto formulador, é interpelado pela ideologia e é assujeitado à língua, para se constituir em um sujeito que se filia a uma formação discursiva e exerce a função-autor, expressando um gesto de interpretação literário, o qual está vinculado à formação ideológica definida por Martius e, conseqüentemente, à formação discursiva do Romantismo, que busca desenvolver a tarefa nacionalista de cunhar uma identidade nacional e perpetuar a história pátria na criação dessa imagem exemplar. É sob essa ótica que Alencar, na condição de formulador do discurso, apresenta uma identificação plena com a forma-sujeito universal da formação discursiva à qual está filiado. Para realizar esse gesto de interpretação literário, Alencar lança mão do arquivo (memória institucionalizada), composto pelos livros de história e pelas crônicas coloniais, realizando referências no corpo do texto e em notas de rodapé.

Tais consultas ao arquivo são fruto de uma interpelação ideológica com vista à reconstituição ficcional da sociedade colonial brasileira no início do século XVII e ao episódio da descoberta das minas de prata, atestando a identificação da posição-sujeito adotada por Alencar com a forma-sujeito da formação discursiva do Romantismo brasileiro. Também as referidas consultas ao arquivo e a relação entre personagens reais e ficcionais evidenciam a memória discursiva inerente à formação discursiva na qual se subjetiva Alencar na função-autor.

## Referências

ABREU, Mirhiane Mendes de. *Ao pé da página: a dupla narrativa de José de Alencar*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2002.

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

ALENCAR, José de. “Benção paterna”. In: ALENCAR, José de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959. v.1.

ALENCAR, José de. *As minas de prata*. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1977.

ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998.

CALMON, Pedro. A verdade das minas de prata. In: ALENCAR, José de. *As minas de prata: romance*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. v. 1, p. 19-25.

CALMON, Pedro. *O segredo das minas de prata*. Rio de Janeiro: A Noite, 1950.

CARDIM, Fernão. *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica pela Bahia, Ilheos, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc. desde o anno 1583 ao de 1590, indo por visitador o P. Christóvam de Gouvea*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1847.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. *Langages*, Paris, n. 62, juin. 1981.

FREITAS, Renata Dal Sasso. José de Alencar e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: apontamentos sobre a concepção do romance *As Minas de Prata* (1862-1865) e a cultura histórica brasileira nos oitocentos. *Aedos*, Porto Alegre, v. 2, n.5, jul.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs/aedos>>. Acesso em: 19 abr. 2012.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Orgs.). *Memória e História na/da Análise do Discurso*. Campinas (SP): Mercado de Letras, 2011.

ROCHA PITTA, Sebastião da. *Historia da America Portuguesa: desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa: Joseph Antonio da Sylva, 1730.

SOUSA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil. Antes da sua separação e independência de Portugal*. 6. ed. Revisão e notas de Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1959. v. 2.

Recebido em: 18 de setembro de 2017.

Aceito em: 12 de novembro de 2017.